

vale do Cávado

comunidade intermunicipal
do cávado

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2013

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013	3
1 - Introdução	3
3 – Principais Recursos	5
4 - Principais Atividades e Projetos	7
5 - Análise da Execução Orçamental	20
6 - Análise da Situação Económica e Financeira.....	22
7 - Indicadores de Gestão.....	26
8 - Proposta de Aplicação de Resultados.....	27

CONTAS

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de execução orçamental
- Resumo da execução orçamental da receita e da despesa
- Mapa de controlo orçamental da despesa (por clás. Org. e Econ.) e da receita
- Resumo execução das GOP, do PPI e do PPA
- Execução das GOP, do PPI e do PPA
- Fluxos de caixa (Resumo e completo)
- Contas de ordem
- Operações de tesouraria

ANEXOS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Caracterização da entidade
- Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados
- Notas ao processo orçamental e respetiva execução
- Modificações Orçamentais da Despesa e da Receita
- Modificações das GOP, do PPI e do PPA
- Contratação administrativa
- Transferências correntes/capital - Despesa e Receita
- Subsídio concedidos e Subsídios obtidos
- Ativos de rendimento fixo / Ativos rendimento variável
- Empréstimos
- Outras dívidas a terceiros

OUTROS DOCUMENTOS (RESOLUÇÃO TC N.º 4/2001 – 2ª SECÇÃO)

- Resumo diário de tesouraria
- Síntese das reconciliações bancárias
- Mapa de fundos de maneio
- Relação de emolumentos notariais e custas de execução fiscal
- Relação de acumulação de funções
- Relação nominal dos responsáveis

TERMO DE ENCERRAMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

1 - Introdução

O presente relatório refere-se ao exercício da Comunidade Intermunicipal do Cávado em 2013, e tem por objectivo informar os seus associados, sobre os principais atos de gestão e contas relativas ao exercício do ano 2013.

Começando por contextualizar o ano 2013 do ponto de vista económico e social, foi mais um ano de austeridade com fortes constrangimentos, que penalizou fortemente a actividade dos municípios na sua capacidade de investimento, com consequências directas no exercício da CIM.

Na verdade, o essencial desta situação estava considerada nos pressupostos do Plano de Atividades de 2013, o qual foi geralmente cumprido e especialmente cumpridos os seus objetivos gerais e estruturantes, embora sempre em ambiente de forte constrangimento.

Releve-se o facto do exercício de 2013 ter sido marcado extraordinariamente pela publicação da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que entre outras matérias aprova o novo estatuto das Comunidades Intermunicipais, pelas eleições autárquicas de 29 de Setembro, e pelo início da preparação do Plano Estratégico do Cávado para o próximo período de programação 2014-2020.

Por outro lado, e no que se refere à actividade prevista, esta foi orientada prioritariamente para execução e encerramento do maior número possível de projetos no âmbito do PTD do Cávado (Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado 2008-2013) e de diversos outros projetos aprovados no âmbito do ON2.

Foi igualmente orientada para a realização da continuidade dos projetos transitados de 2012, para a elaboração e formulação de novas candidaturas ao ON2, a instâncias nacionais e comunitárias, e para novos projetos técnicos com carácter intermunicipal, estruturantes do território e da sua sustentabilidade, relacionados com o ordenamento, o turismo, a mobilidade e a energia, entre outros.

Também cumprimos os nossos deveres institucionais de representação e participação em diversos Fóruns.

Foi mantida e reforçada a cooperação institucional com todas as instituições de âmbito local e regional, especialmente com a CCDRN que consideramos para além dos nossos municípios, o nosso parceiro mais estratégico. Foi igualmente mantida e reforçada a parceria com as CIMs do Alto Minho e do Ave, especialmente no âmbito da gestão do projeto de eficiência colectiva em zonas de baixa densidade – PROVERE – “Minho in”, fortalecendo esta parceria através da perspectiva de desenvolvimento de novos projetos.

Do ponto de vista da organização interna da CIM, obtivemos em 2013 o selo de organização certificada para a estrutura do EAT do Cávado, que significa o reconhecimento da qualidade da organização de acordo com as regras NP EN ISO 9001:2008, consequência da implementação de um

adequado Sistema de Qualidade, o que se considera um marco notável no contexto da qualidade desta organização pública.

Também foram promovidos programas de qualificação dos nossos colaboradores nas diversas áreas de actividade, para além de ter sido estabilizada a utilização do sistema de gestão documental desmaterializado.

Por ultimo, realizámos seminários, participámos noutros, assim como em acções de promoção da região, acções de informação, esclarecimento, e sensibilização, e reforçou-se a comunicação da CIM junto dos nossos parceiros institucionais e do público em, geral.

Desta forma estamos em crer que a CIM cumpriu não só o seu Plano de Atividades aprovado pela Assembleia Intermunicipal para 2013, assim como os seus desígnios, impulsionando novas dinâmicas intermunicipais, perseguindo a visão de promoção do crescimento e da sustentabilidade em todo o território do Cávado.

Para melhor esclarecimento do que se acaba de referir, descrever-se-á de seguida mais detalhadamente alguns dos aspectos mais relevantes que influenciaram a actividade de 2013.

2 - A Lei 75/2013

A Lei 75/2013 foi publicada em 12 de Setembro de 2013, e veio estabelecer o novo regime jurídico das autarquias, aprova o novo estatuto das entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e, aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

De acordo com a mesma Lei as CIMs passam a ter os seguintes órgãos:

- Assembleia Intermunicipal,
- Conselho Intermunicipal,
- Secretaria do Executivo Intermunicipal, e,
- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Municipal.

A Lei estabelece ainda regras para a composição de cada um dos órgãos, cabendo à Assembleia Intermunicipal do Cávado uma representação de 30 deputados, distribuídos da seguinte forma:

- Município de Amares: 4
- Município de Barcelos: 8
- Município de Braga: 8
- Município de Esposende: 4
- Município de Terras de Bouro: 2
- Município de Vila Verde: 4

O Conselho Intermunicipal é constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Por deliberação unânime do Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal só terá um 1º Secretário.

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Municipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal.

Será constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais, sendo o conselho intermunicipal que define a composição em concreto desse conselho.

Na sequência da aprovação deste diploma em 12 de Setembro e da realização das eleições autárquicas em 29 de Setembro, realizou-se em 2013 apenas 1 Assembleia Intermunicipal, enquanto o Órgão Executivo reuniu ordinariamente 11 vezes, 8 como Conselho Executivo ao abrigo da Lei 45/2008 e 3 vezes já com o formato determinado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, ou seja como Conselho Intermunicipal.

Em ambos os órgãos as reuniões foram muito participadas e produtivas. Muitas delas contaram com a participação de outras entidades, nomeadamente com representantes da Comissão Diretiva do ON2 ou de outras entidades para tratamento de assuntos de interesse comum.

O calendário das reuniões foi o seguinte:

Reuniões da Assembleia Intermunicipal:

- 8 de maio

Reuniões do Conselho Executivo:

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• 7 de janeiro• 4 de fevereiro• 11 de março• 8 de abril | <ul style="list-style-type: none">• 6 de maio• 3 de junho• 1 de julho• 9 de setembro |
|--|---|

Reuniões do Conselho Intermunicipal:

- 28 de outubro
- 11 de novembro
- 2 de dezembro

3 – Principais Recursos

3.1 - Humanos

No final do ano, em 31 de dezembro de 2013, o Mapa de Pessoal da CIMC era constituído por 11 colaboradores, 7 Técnicos Superiores, 2 Assistentes Técnicos e 2 Assistentes Operacionais.

É de salientar que foi um fim de ano particularmente difícil, por ter sido necessário redistribuir e reforçar tarefas para mitigar o efeito de 2 licenças parentais registadas desde outubro, e que transitaram para 2014.

A exemplo dos anos anteriores, a CIM Cávado contou ainda com a colaboração regular de um consultor jurídico contratado em regime de avença.

3.2 - Materiais

A Comunidade Intermunicipal do Cávado está sediada num edifício da Rua do Carmo em Braga, propriedade do Estado, o qual foi reconstruído e reabilitado em 1990 para instalação do GAT do Cávado, um serviço desconcentrado da CCDRN vocacionado para dar apoio técnico direto aos municípios da NUT. Com a constituição da CIM Cávado, e por acordo entre as partes, a CCDRN abdicou deste direito a favor da CIM Cávado. Para garantir o seu bom funcionamento e preservar o património de que somos usufrutuários, procedeu-se no final do ano a obras de manutenção do edifício, designadamente com a sua pintura exterior. Estava também programada uma intervenção na cobertura, mas teve de ser adiada por razões climatéricas.

A frota automóvel é constituída por duas viaturas propriedade da CIM, com 9 e 12 anos, e uma terceira que está ao seu serviço em regime de "Renting".

3.3 - Financeiros

Mantiveram-se as principais fontes de financiamento do orçamento da CIM Cávado, embora se tenha verificado alterações significativas no peso relativo de cada uma.

1. Assim, as receitas provenientes do orçamento de Estado, mantiveram o nível do ano anterior, constatando-se contudo que decresceram 29% nos últimos 4 anos.
2. As transferências dos Municípios sofreram uma redução muito significativa em termos absolutos, cerca de 50.000€, mas viram o seu peso relativo reforçado face às outras fontes de financiamento, que passaram de 29% em 2010 para 31% em 2011, 17% em 2012 e para 22% em 2013.
3. Finalmente, as receitas com origem nos projetos cofinanciados no âmbito do QREN registaram uma redução tão significativa quanto artificial, uma vez que os projetos mantiveram a execução programada para 2013, tendo sido apenas prejudicada por bloqueios administrativos registados ao nível do ON.2, o que abordaremos mais adiante neste relatório. Em consequência do exposto, a tendência de reforço do peso desta fonte de financiamento foi abruptamente invertida, ou seja, de 44% em 2010 subiu para 49% em 2011, e de 67% em 2012 caiu para 39% em 2013.

Não obstante a situação patrimonial e financeira da CIM ser detalhadamente desenvolvida em mapas próprios, descritos mais adiante neste relatório, destaca-se desde já que apesar da austeridade vivida nos últimos anos e as dificuldades descritas no ponto 3, foi possível manter a sustentabilidade e equilíbrio financeiro ainda que necessariamente menos robusta.

4 - Principais Atividades e Projetos

4.1 – Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado – Contratualização

O ano de 2013 correspondeu ao quinto ano de implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado (PTD) e de exercício das competências delegadas pela Comissão Diretiva do ON2 à CIM do Cávado, as quais se focalizaram na execução das operações aprovadas.

Tendo em conta que foram transferidos para o POVT operações com valor elegível de 1.854.781,51€ de FEDER, nomeadamente no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos sólidos, o montante elegível aprovado na fatia da contratualização foi reformulado para 64.313.940,34€ à qual corresponde uma participação FEDER de 54.666.849,29€.

Por outro lado, foram aprovadas em 2013, 3 operações na Bolsa de Mérito, relativas a 3 centros escolares, com um montante elegível de 3.561.512,51€, a que corresponde uma participação FEDER de 3.027.285,63€, mantendo-se no final do ano ainda sem execução financeira.

Relativamente à execução financeira do PTD, durante o ano 2013 foram analisados e validados na CIM pedidos de pagamento no valor de 5.261.700,44€, o que correspondeu a um valor de participação FEDER de 4.472.445,38€, permitindo que no final do não se registasse uma taxa de execução de 85,18%, do fundo aprovado, conforme se pode ler no quadro apresentado de seguida.

Anos de Execução	Valores Anuais			Valores acumulados		
	Valor Elegível	FEDER	% Execução	Valor Elegível	FEDER	% Execução
2009	4.313.632,22	3.804.503,99	6,96%	4.313.632,22	3.804.503,99	6,96%
2010	17.887.466,72	13.675.667,07	25,02%	22.201.098,94	17.480.171,06	31,98%
2011	16.968.229,38	13.584.450,32	24,85%	39.169.328,32	31.064.621,38	56,83%
2012	10.353.888,66	11.030.113,05	20,18%	49.523.216,98	42.094.734,43	77,00%
2013	5.261.700,44	4.472.445,38	8,18%	54.784.917,42	46.567.179,81	85,18%

Finalmente, e no que respeita à evolução da taxa de execução do PTD, convém ter em conta o facto de haver muitos projetos candidatados e aprovados no âmbito do PTD com valor elegível muito superior ao valor da contratação dos trabalhos, impede que o PTD do Cávado registe taxas de execução financeira correspondentes à execução física, sendo mais elevadas as segundas, uma vez que o excedente financeiro persiste na operação até ao encerramento formal, momento em que se opera a reprogramação financeira.

4.2 – POPH – Plano Intermunicipal de Formação 2012/2013

Tendo iniciado a sua execução em novembro de 2012, foi concluído durante o mês de dezembro mais um ciclo do Plano Intermunicipal de Formação para os municípios do Cávado.

Durante este período foram realizadas ações de formação em diversas áreas temáticas, com especial destaque para a gestão de recursos humanos, as finanças locais, o POCAL, a contratação pública e as necessidades formativas decorrentes da transferência de competências na área da educação.

Chefe de Fila: CIM Cávado

Objetivos: Melhoria da qualidade e eficácia do desempenho dos trabalhadores Municipais.

Atividades: Realizadas 51 ações de formação dirigidas a 984 formandos e envolvendo um volume de formação de 17.513 horas.

Calendarização: novembro de 2012 a dezembro de 2013.

Código: POPH 074111-2011-34

Valor elegível: 98.046,14€

Taxa de co-financiamento: 79,08%

4.3 - Cávado Digital

O projeto resultou de uma parceria estabelecida entre a CIM Cávado e os Municípios de Amares, Barcelos, Terras de Bouro e Vila Verde.

Iniciou-se em 2009 e decorreu até 2013, com financiamento assegurado pelo Eixo 5 do ON2 no âmbito do programa SAMA.

O investimento total aprovado foi de 1.496.000€, financiado à taxa de 85%, no valor FEDER de 1.271.600 €, cabendo inicialmente à CIM Cávado assegurar o valor elegível de 363.000€, no entanto, fruto de diversos ajustamentos foi possível transferir da quota da CIM para os 4 Municípios em cerca 156.000€ de investimento elegível.

Fisicamente, o projeto foi considerado concluído em junho de 2013 com a realização do seminário de encerramento, no entanto a necessidade de uma última reprogramação financeira para efetivar as transferências entre parceiros arrastou a execução física até final de 2013, momento da sua conclusão com todos os objetivos atingidos.

Chefe de Fila: Município de Barcelos assessorado pela CIM Cávado

Parceiros: Município de Amares, Município de Terras de Bouro, Município de Vila Verde e CIM Cávado.

Objetivos: Modernização Administrativa.

Calendarização: janeiro 2009 a junho de 2013.

Código: NORTE-05-0126-FEDER-000149

Valor elegível contratado: 207.646 €

Taxa de co-financiamento: 85%

4.4 – Promoção da Capacitação Institucional da CIM Cávado

Refere-se a uma operação integrada de capacitação da CIM, orientada para acções de dimensão intermunicipal, programada física e financeiramente para um período de 3 anos. Teve início em 2011, e foi reprogramada física e financeiramente com final previsto e dezembro de 2014.

A operação considera o desenvolvimento e integração dos seguintes temas:

1. Acolhimento empresarial
2. Empreendedorismo,
3. Desenvolvimento Turístico
4. Sistema e Redes de Mobilidade e Transportes
5. Habitação e Urbanismo
6. Desenvolvimento Sustentável

Os temas 1 e 2 não tiveram desenvolvimentos significativos em 2013, mas de seguida, descrever-se-á em notas muito breves os principais desenvolvimentos ocorridos em 2013:

Desenvolvimento Turístico

A CIM Cávado concluiu em 2013 a Carta Patrimonial e de Atrativos Turísticos do Vale do Cávado. Esta primeira etapa centrou-se na inventariação e mapeamento dos recursos patrimoniais e atrativos turísticos do Vale do Cávado. A partir deste documento, será possível recorrer a uma base de dados completa e rigorosa sobre os pontos turísticos mais relevantes de cada município, atualizada e passível de ser otimizada através do recurso a tecnologia multimédia. Esta base evoluirá em várias direções, a primeira das quais no sentido da elaboração de um projeto de sinalização turística destes recursos, já em desenvolvimento.

Sistemas e Redes de Mobilidade e Transportes

Este tema geral engloba iniciativas distintas, que tiveram desenvolvimentos significativos em 2013, nomeadamente:

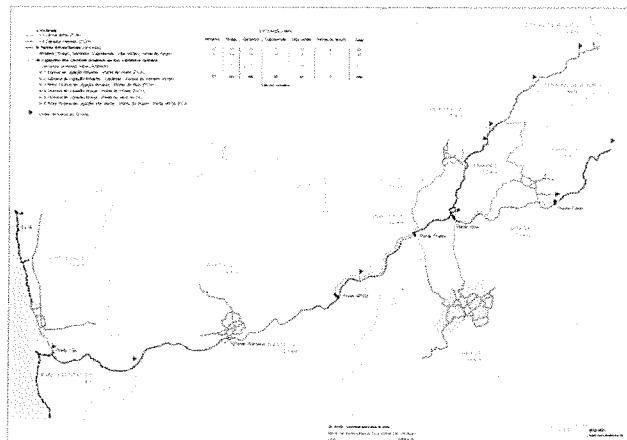
vale do Cávado

comunidade intermunicipal
do Cávado

• Foi concluído o Projeto de Reestruturação da Rede de Transporte Público Rodoviário no concelho de Esposende, o qual permitiu encontrar soluções de melhoria das condições de mobilidade e incrementar a acessibilidade proporcionada pelo sistema de transporte público tendo em conta os princípios de sustentabilidade económica dos agentes envolvidos.

• Foi elaborada a primeira fase do Estudo da Ecovia do Cávado e Homem. Este documento, elaborado ao nível de "estudo preliminar", representa a primeira etapa de um projeto mais abrangente que irá evoluir para "projeto de execução", e integrará traçados da Rede de Percursos Cicláveis do Cávado e parte da Rede de Caminhos do Cávado. Nele serão estabelecidas as premissas e condicionantes gerais e particulares sobre os traçados dos percursos cicláveis no Cávado, os quais depois de serem aprovados por todos os municípios garantirão coerência, harmonia e sucesso da rede.

Simultaneamente, foi lançado o estudo da Rede das Ciclovias Intraurbanas do Cávado, que abrangerá as 6 sedes de concelho. Estas ciclovias abordarão a temática da mobilidade ciclável de uma forma mais funcional e urbana, tendo em conta os distintos contextos das 6 sedes de concelho dos municípios da NUT III Cávado. Como se pretende uma integração entre as iniciativas referidas, foi prevista a rede de ciclovias de ligação entre as zonas urbanas e a Ecovia do Cávado e Homem, no sentido de se estabelecer uma verdadeira rede que potencie o efeito da mobilidade suave, o turismo e o desporto.



Habitação e Urbanismo

Nos anos 2011 e 2012 foram adquiridas competências nos domínios da habitação e do urbanismo através da identificação (quantificação, qualificação e orçamentação) das necessidades físicas de habitações degradadas pertencentes a famílias mais carenciadas dos concelhos de Amares e Vila Verde. Durante o ano de 2013 realizou-se a actualização destes documentos, designados por "Programa de Intervenção em Habitações Degradadas de Famílias Fragilizadas", assim como promoveu-se a sua divulgação.

Desenvolvimento Sustentável

O Estudo designado por "Conhecer os Rios Cávado e Homem", cuja 1ª fase terminou em 2012, foi reaberto e complementado com informação adicional com vista à preparação de dados específicos e necessários ao desenvolvimento de projetos específicos como seja a Ciclovia do Cávado e Homem.

Promoveram-se diversas iniciativas junto dos municípios associados, para divulgação de informação contida no projeto “Conhecer os Rios Cávado e Homem” e do enorme manancial de informação georreferenciada sobre o Cávado contida no Sistema de Informação Geográfico existente na CIM, a fim de promover por sua vez a sua utilização mais regular.

Foi concluído o projeto piloto designado por “Reabilitação Térmica Passiva da Escola Básica do 1º Ciclo de Chorense – Barcelos”. Este projeto propõe-se identificar soluções técnicas e económicas que aproveitem a energia solar passiva numa escola do ensino básico do “Plano Centenário”, a fim de constituir um caso de estudo que possa ser replicado noutras escolas do nosso território, com efeitos significativos na economia energética, no conforto dos alunos e na sustentabilidade da escola.

Foram lançados estudos preliminares para a localização de mais duas praias fluviais (em Amares e Barcelos) a acrescentar à Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado e Homem, cujos projetos de execução deverão ser desenvolvidos em 2014.

4.5 – Cooperação com a Agência de Energia do Cávado

A Agência de Energia do Cávado foi criada em julho de 2010, e constitui uma unidade autónoma especializada, que goza do acolhimento e da colaboração estreita da CIM, contando com todo o seu apoio logístico e institucional no normal desenvolvimento das suas atividades.

Durante o ano de 2013, foi dada continuidade a um conjunto de atividades que transitaram de 2012, nomeadamente:

- “Mais Eficiência Energética na Iluminação Pública no Cávado”, trata-se de uma candidatura titulada pela CIM e preparada tecnicamente pela AEC, submetida ao POVT em setembro de 2013, com valor elegível da ordem dos 3.441.212,32€, aguardando ainda aprovação;
- Candidatura Triplo EEEF - Trata-se de uma candidatura a um Fundo Europeu gerido pelo Deutsche Bank e pelo BEI, no valor de cerca de 900.000€ e representando investimentos na ordem dos 25 M€. Agrega a CIM e os 6 municípios do Cávado em projetos de eficiência energética no âmbito da Iluminação Pública, em edifícios públicos municipais, em energias renováveis e transportes mais eficientes. A candidatura foi submetida em novembro de 2013, é liderada pela CIM, gerida tecnicamente pela AEC, e dará resposta a muitos dos requisitos fixados nos compromissos do Pacto dos Autarcas.
- Monitorização energética de edifícios municipais, nomeadamente de 15 escolas do ensino básico - O projeto piloto que teve início em 2012 e desenvolveu-se durante todo o ano 2013. Tem por objectivo monitorizar o consumo de energia eléctrica em 15 edifícios escolares previamente caracterizados, e criar uma bateria de indicadores que nos permitam relacionar o consumo de cada edifício com rácios energéticos, e fazer recomendações e propostas de optimização do desempenho energético de cada edifício. A informação está a ser tratada no âmbito de um mestrado desenvolvido por um aluno da UM com o apoio directo da CIM/AEC
- Pacto de Autarcas - Com base nos resultados da Matriz Energética do Cávado, desenvolvida pela AEC, foram desenvolvidas ações de informação de forma a promover a adesão dos municípios do Cávado ao projeto europeu designado por “Pacto de Autarcas”. Através da assunção deste compromisso, será formulado um Plano de Ação que preconizará as medidas

que os municípios deverão tomar no âmbito da economia de energia, para aumento da produção de energias alternativas e de redução de gases com efeito de estufa. A CIM, em colaboração com a AEC, providenciou durante o ano 2013 junto dos municípios (à exceção do município de Esposende que tem o seu Pacto em execução) a preparação dos respetivos processos de adesão, assumindo o papel de interlocutor entre os municípios e as entidades responsáveis pelo processo, quer a nível nacional, quer a nível internacional;

- Realização de seminários sobre os temas da “comercialização de energia”, da “Biomassa” e da “Mobilidade Suave”, com apresentação de projetos concreto da CIM nomeadamente a Ecovia do Cávado e Homem e a rede de Ciclovias Intraurbanas de Braga.

4.6 - POCTEP - Cooperação territorial

O projeto de cooperação territorial transfronteiriço CTC – Comunidade Territorial de Cooperação Límia Lima Cávado resulta de uma parceria estabelecida entre o INORDE - Instituto para o Desenvolvimento Económico de Ourense, a CIM do Alto Minho e a CIM do Vale do Cávado.

Chefe de Fila: INORDE

Parceiros: CIM Cávado e CIM Alto Minho

Objetivos: Concertação regional tendo em vista desenvolvimento harmonioso e sustentado da região transfronteiriça.

Calendarização: janeiro 2012 a junho de 2014.

Código: POCTEP - CTC 2011 - 0521_1_E

Valor elegível contratado: 66.666 €

Taxa de co-financiamento: 75%

As atividades mais relevantes durante o ano de 2013 foram a realização de dois seminários dedicados aos temas: “Biomassa” e ao “Mercado Liberalizado de Energia”.

Biomassa Recurso Energético e Sustentabilidade

Temática: Os oradores convidados abordaram a temática “Biomassa florestal para fins energéticos” sob diferentes perspetivas, contextualizando e promovendo o interesse dos participantes

Local: Auditório da Biblioteca Municipal de Barcelos

Data: 22 de março de 2013

N.º Participantes: 107

Comunicações:

- EA Biomassa como recurso energético, Dra. Marta Carneiro (Instituto Superior de Agronomia);

- Exemplo de sucesso da Biomassa, Prof. Daniel Vega (Universidade de Vigo);

- O futuro da Biomassa: instrumentos financeiros, Eng. José Manuel Fernandes (Deputado do Parlamento Europeu).



Mobilidade, Inovação e Sustentabilidade

Temática: Tendo a ERSE representado a Entidade Reguladora e os restantes oradores os diferentes Comercializadores no mercado. Foi assim possível compreender duas posturas e visões distintas. A moderação do Eng. Braga da Cruz permitiu que as comunicações fossem tão elucidativas quanto possível, bem como o estabelecimento de diálogo com a assistência.

Local: Auditório do Museu Nogueira da Silva em Braga

Data: 26 de outubro de 2012

N.º Participantes: 112

Comunicações:

- A ERSE e a liberalização do mercado de eletricidade, Dra. Susana Dias – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
- A EDP - comercial no mercado liberalizado de energia, Eng. Carlos Neto – Diretor de PME's Estado e Autarquias da EDP
- A ENDESA no mercado liberalizado de energia, Eng. Francisco Rueda – Assessor da Direção da ENDESA Portugal
- A GALP no processo de liberalização do mercado e o seu posicionamento para 2013, Dr. Luís Silva – Responsável de pricing e planeamento comercial Galp - Power
- A IBERDROLA no mercado liberalizado, Eng. João Landolt – Coordenador de Grandes Clientes da IBERDROLA



4.7 – Unidade SIG da CIM Cávado

A CIM Cávado criou na sua equipa técnica uma competência que lhe permite construir e gerir uma Unidade de SIG, na qual gere toda a informação municipal e territorial que tem construído ao longo dos últimos anos, nomeadamente durante 2013. Esta base de dados georreferenciada aborda várias

temáticas de natureza infraestrutural existentes no território, e procura manter e atualizar toda a informação que conserva.

Durante o ano de 2013 a Unidade de SIG reforçou a sua base dados com novas temáticas relacionadas com o património existente ao longo das margens do rio Cávado e Homem que auxiliou o estudo da Ecovia do Cávado, assim como integrou no SIG os atrativos turísticos da NUT III Cávado do Projeto "Carta Patrimonial e de Atrativos Turísticos do Vale do Cávado".

4.8 - "Minho IN" (PROVERE)

Durante o ano 2013, a CIM Cávado integrou todas as ações técnicas realizadas, inclusive no acompanhamento das candidaturas em execução, principalmente das candidaturas dos municípios do Cávado que integram as fileiras das Artes e Produtos Tradicionais, Turismo da Natureza e Saúde e Bem-Estar.

Neste ano, a CIM do Cávado teve ainda a oportunidade de participar na BTL 2013 – Bolsa de Turismo de Lisboa, no Stand Minho In integrado no espaço Porto e Norte de Portugal, em parceria com as CIMs do Minho-Lima e do Ave, no qual foi possível divulgar a região do Minho assim como os temas âncora incluídos neste projeto.

4.9 – Plano de Desenvolvimento Estratégico para o período 2014-2020 - ITI Cávado

Iniciou-se em 2013 a preparação de um documento estratégico da CIM Cávado, designado por ITI do Cávado - Investimento Territorial Integrado para a NUT III do Cávado, previsto no Acordo de Parceria ao próximo Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020, que constituirá mais concretamente um instrumento estratégico de “banda larga” essencial para todos os agentes de desenvolvimento locais, nomeadamente para as autarquias e para as Comunidades Intermunicipais, bem como a prossecução de projetos em linha com novos programas políticos, com novas lideranças, prioridades e novas visões.

Nesse âmbito, foram realizadas várias ações de preparação da ITI e do seu Plano de Ação para o próximo ciclo de investimentos territoriais 2014-2020, em diálogo com diversos atores regionais, nomeadamente através de ações de informação, reuniões com conselhos executivos municipais, realização de workshops temáticos com instituições relacionadas com cada um dos temas abordados.

Sessão Pública "Perspetivas Estratégicas para o Território do Cávado e as Oportunidades do período de programação 2014-2020

A Comunidade Intermunicipal do Cávado promoveu, a 31 de maio 2013, uma sessão pública sobre “Perspetivas da política europeia para o desenvolvimento dos territórios mais desfavorecidos e o próximo período de programação 2014-2020 – o caso do Cávado”. Esta iniciativa, impulsionada pelos membros constituintes da Assembleia Intermunicipal do Cávado, aconteceu no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, e contou com os representantes das forças políticas com assento no Parlamento Europeu, nomeadamente dos eurodeputados José Manuel Fernandes (PSD), Marisa Matias (BE), Inês Zuber (PCP), como intervenientes da sessão.



Esta sessão foi moderada pelo Prof. António Figueiredo, representante da Quaternaire Portugal, empresa consultora contratada para o desenvolvimento deste documento estratégico.

Reuniões de Preparação com Executivos Municipais

Conjuntamente com os municípios do Cávado, e numa primeira fase, foi necessário desenvolver iniciativas conjuntas de reflexão e discussão sobre o próximo período de programação comunitária, com o objetivo de permitir um primeiro momento de abordagem estratégica que seja precisa, abrangente e coerente.

Estas reuniões foram realizadas com o corpo executivo dos municípios, a equipa da CIM Cávado e a equipa da Quaternaire Portugal.

Reuniões realizadas

Município de Braga - 13 junho 2013

Município de Amares - 17 junho 2013

Município de Terras de Bouro - 17 junho 2013

Município de Barcelos - 21 de junho 2013

Município de Vila Verde - 20 junho 2013

Município de Esposende - 21 de junho

Realização de 4 workshops temáticos

A CIM Cávado realizou um périplo temático que levou diversas entidades/agentes regionais a refletirem sobre a estratégia e prioridade da NUT Cávado para os próximos anos. A organização destes ateliers, dinamizados pela equipa da Quaternaire Portugal, surge após a conclusão do período de auscultação dos municípios, e pretendeu promover a participação e envolvimento das instituições que mais diretamente intervêm nas atividades-chave para o desenvolvimento regional,

nomeadamente, nas áreas da especialização inteligente, do emprego, da inclusão social, da sustentabilidade ambiental, da mobilidade, da educação e formação, entre outros.

Os temas desenvolvidos foram os seguintes:

1.º Workshop - “Cávado: Emprego, Inclusão Social e inovação nas políticas e projetos sociais” | no Museu da Olaria- Barcelos, 28 de novembro.



2.º Workshop - “Competitividade do Território” | Centro de Educação Ambiental – Esposende



3.º Workshop - “Turismo – Novos Recursos a Mobilizar, Novos Produtos a Formatar e Novos Modelos de Negócio” | Museu Vilarinho das Furnas- Terras de Bouro | 5 de dezembro.



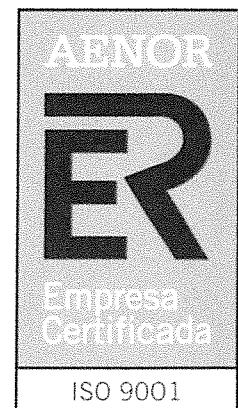
4.º Workshop - “Cávado: Território do Conhecimento, Inovação e Emprego” - Biblioteca Municipal - Vila Verde | 5 de dezembro



4.10 – Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade

A Comunidade Intermunicipal do Cávado alcançou em 2013 o Certificado de Qualidade para a Estrutura de Apoio Técnico (EAT), unidade direcionada para a gestão e implementação dos fundos comunitários previstos para a execução do Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado 2007-2013.

Este reconhecimento formal foi concretizado durante o mês de maio de 2013, após um longo processo de adaptação às normas aplicáveis e requisitos de verificação ISO 9001:2008, e terminou com a realização de uma auditoria orientada por uma entidade externa independente, que reconheceu que a CIM Cávado dispõe de um sistema de gestão implementado nesta unidade, comprovando que foram superados com sucesso os critérios previstos no Manual da Qualidade.



A implementação deste sistema de gestão está integrado no âmbito do projeto Cávado Digital, e a sua certificação é uma mais-valia para a instituição, uma vez que implica um reconhecimento de boas práticas na instituição, processo que conduz a uma elevada satisfação dos clientes e outras partes interessadas, melhoria da imagem, redução de custos de funcionamento através da melhoria do desempenho operacional e uma nova cultura com a sensibilização e motivação dos colaboradores, orientada para a melhoria contínua.

4.11 – Outras atividades e projetos

Equipamentos de Proteção Individual para combate a incêndios em espaços naturais

Apesar de não ter sido previsto no plano de atividades para 2013, em maio de 2013 surgiu a possibilidade de candidatar um projeto Intermunicipal com o objetivo de adquirir equipamentos de proteção individual de combate a incêndios em espaços naturais (florestas) para 50% do efetivo de todas as corporações de bombeiros dos 6 municípios do Cávado.

A CIM Cávado liderou e formalizou uma candidatura e promoveu o necessário concurso público para aquisição do equipamento, o qual foi adjudicado aguardando apenas a celebração do contrato.

Já em 2014 foi comunicada a aprovação da candidatura, aguardando-se apenas a clarificação do enquadramento do IVA pra proceder à sua contratação.

Higiene e segurança no trabalho

- Workshop “Juntos na Prevenção de Riscos Profissionais”

No âmbito da temática “Higiene e Segurança no Trabalho”, e sob o tema concreto “Juntos na Prevenção de Riscos Profissionais”, a CIM do Cávado colaborou com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, na organização de um Workshop realizado em Braga.

Esta iniciativa realizada no 2º trimestre de 2013 visou alertar as instituições para a necessidade de prevenir e agir perante os Riscos Profissionais, promovendo a partilha entre as instituições e as boas práticas a levar a cabo pelos organismos públicos e privados na área da Segurança e Saúde no Trabalho.

- Implementação da Higiene e Segurança no Trabalho

No âmbito da ação de sensibilização promovida pela ACT, compreendeu a CIM Cávado que deveria também dar resposta às exigências legais, procedendo assim, em 2013, à implementação interna na vertente da Higiene e Segurança no Trabalho.

Assim, no ano de 2013 tomaram-se as medidas necessárias para assegurar e manter as condições de trabalho que assegurem a integridade física e mental dos trabalhadores da CIM, bem como desenvolver condições técnicas que assegurem a aplicação das medidas de prevenção definidas na Lei 102/2009, de 10 de setembro.

- Medicina e Saúde no Trabalho

A CIM Cávado decidiu promover um programa de “Medicina no Trabalho” para os seus trabalhadores desenvolvendo para isso ações de identificação, avaliação e aconselhamento, por forma a proporcionar a adequada organização e acompanhamento da medicina no trabalho, com vista ao cumprimento das exigências legais expressas na Lei 102/2009 de 10 de setembro. Este programa foi executado em 2013 e terá continuidade nos anos seguintes.

Aqua Cávado

Durante o ano de 2013 foi executado cerca de 20% do investimento elegível desta operação, encerrando o ano com uma taxa de execução de 87% motivada principalmente pela execução da AÇÃO 4 - Valorização Estratégica do rio Cávado e Desenvolvimento das suas Potencialidades Endógena e da AÇÃO 5 - Valorização Ambiental e Desenvolvimento Estratégico dos Vales dos Rios Homem e Cávado.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos no Vale do Cávado

Este projeto foi encerrado a 31 de Março de 2013 com uma taxa de execução de 88%. Dando cumprimento às normas do ON.2, foi elaborado e enviado o relatório final da operação. Esta candidatura permitiu a melhoria dos serviços de proteção civil dos municípios na medida em que permitiu o financiamento dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e também das Ações de Divulgação e Sensibilização.

Plano Tecnológico da Educação para o Cávado

Este projeto previa o seu encerramento em 30 de junho de 2013. No entanto, e em face de alguns condicionalismos relacionados com formalidades financeiras dos projetos abrangidos por esta operação, foi necessário efetuar uma nova reprogramação temporal, desta vez até 30 de novembro de 2013, data em que se encerrou a candidatura com uma taxa de execução de 77%.

Informação e comunicação

No ano de 2013, o Gabinete de Comunicação da CIM Cávado planeou e executou diversas ações relacionadas com as suas competências, destacando-se as seguintes:

- Apoio à organização dos seminários e conferências realizados pela CIM, assim como a criação dos respetivos materiais informativos e promocionais;
- Colaboração na elaboração dos relatórios anuais de execução dos projetos da CIM com cofinanciamento comunitário;
- Assistência aos projetos aprovados ou em curso, no desenvolvimento dos seus planos de comunicação e na organização de participação em iniciativas e desenvolvimento dos respetivos materiais promocionais de suporte;
- Manutenção de sítios web (www.cimcavado.pt) e páginas das redes sociais;
- Difusão de atividades e projetos da CIM nos meios de comunicação social através da elaboração de press releases e dossiers de imprensa, e resposta a diversas solicitações de informação básica para integração em textos jornalísticos.
- Desenvolvimento das ações do plano de comunicação da iniciativa “ITI do Cávado 2014-2020”.

5 - Análise da Execução Orçamental

Receitas

No ano de 2013, o financiamento do plano de atividades da CIM Cávado contabilizou as seguintes receitas em termos globais:

Receitas	Valor	%
Correntes	545.822,54 €	46%
Capital	0,00 €	0%
Saldo Gerência Anterior (Orçamental)	642.783,46 €	54%
Total das Receitas	1.188.606,00 €	100%

Como se pode verificar nos mapas que se seguem neste relatório, nos quais se discriminam as verbas recebidas, os recursos arrecadados pela comunidade são compostos essencialmente por transferências correntes com a seguinte proveniência:

- a. Orçamento de Estado – 164.504,00 € (30,86%)
- b. Transferências dos Municípios - 120.854,00 € (22,67%)
- c. Co-financiamento de projetos no âmbito do QREN - 212.709,69 € (39,90%)
- d. Prestação de serviços - 35.018,10 € (6,57%)

Despesas

Quanto às despesas no exercício de 2013 temos:

Despesas	Valor	%
Correntes	753.153,37 €	99%
Capital	1.349,97 €	1%
Total das Despesas	754.503,34 €	100%

Como se pode verificar a esmagadora maioria das despesas, cerca de 99%, concentram-se em despesas correntes, facto que se explica pela natureza imaterial dos projetos promovidos.

Do lado das despesas correntes salientamos:

- a. As despesas de pessoal ascenderam a 341.960,96 € correspondendo a 45% do total da despesa, registando um acréscimo em termos absolutos de cerca de 26.000 e de cerca de 8 pontos percentuais em termos relativos. De destacar que esta subida das despesas com pessoal resultam do acréscimo de 5 pontos percentuais à taxa de contribuição para a caixa

geral de aposentações e de 1,5% pontos percentuais à taxa de contribuição para a segurança social. Finalmente o efeito da reposição dos subsídios de férias e de natal durante o ano 2013 foi anulado pela redução custos resultantes da redução temporária de efetivos durante 2013.

- b. As aquisições de bens e serviços registam um valor de 341.570,89 € o qual representa cerca de 45 % do total. Também neste capítulo se regista um acréscimo de cerca de 14% face a 2012 a qual se explica pelo incremento das intervenções formativas executadas no âmbito do plano de formação intermunicipal.
- c. O capítulo das transferências regista um valor de 30.771,43 € que reflete a comparticipação da CIM Cávado na cobertura da contrapartida nacional do projeto PROVERE MINHO IN.
- d. Finalmente destaque para o capítulo das outras despesas correntes que regista um valor de 38.850,09 €, o qual expressa a devolução ao IFDR de um pagamento efetuado a mais no projeto de assistência técnica ao PTD de 2012 (cerca de 32.000 €) assim como o pagamento de IVA da prestação de serviços descrita na alínea d) do ponto anterior.
- e. Todas as restantes rubricas são de valor residual.

Resumo

Em síntese temos uma receita apurada em 2013 no valor total de 1.188.606 €, enquanto a despesa atingiu o valor total de 754.503,34 €, donde resulta um saldo de gerência a transitar para a gerência de 2013 no valor de 434.102,66 €.

Descrição	Valor
Receita Global de 2013	1.188.606,0 €
Despesa Global de 2013	754.503,34 €
Saldo Gerência (Orçamental)	434.102,66 €

Quanto à execução do orçamento propriamente dita, a despesa ficou-se pelos 36%, enquanto a receita registou uma execução historicamente elevada de 57%. Este contraste entre as taxas de execução, ainda que positivo, em comparação com o cenário inverso, encontra justificação num conjunto diversificado de razões. A saber:

- (i) A Lei dos compromissos e pagamentos em atraso pressiona no sentido ascendente a execução da receita, impondo maior rigor no pagamento das quotizações e comparticipações. Já do lado despesa, limita, condiciona e pressiona no sentido inverso a sua execução.
- (ii) A exemplo do sucedido em exercícios anteriores, o facto de a atividade da CIM Cávado ser quase toda ela apoiada por fundos comunitários, obriga a inscrever previamente em orçamento a totalidade das verbas previstas nas candidaturas apresentadas ao QREN. Acontece que a realidade acaba por registrar aprovações por valores inferiores, programações financeiras diferentes e mesmo

candidaturas não aprovadas, o que naturalmente prejudica as taxas de execução do orçamento, sem que daí se possam inferir dificuldades de concretização.

(iii) O ano 2013 fica ainda marcado por atrasos burocráticos muito significativos em dois dos projetos mais relevantes para a sustentabilidade da CIM Cávado, o Projeto da “Capacitação da CIM Cávado” e da “Assistência técnica ao PTD”, os quais afetaram a execução dos projetos na medida em que suspenderam a apresentação de pedidos de pagamentos. No caso do primeiro, as dificuldades relacionaram-se com o atraso da aprovação do pedido de reprogramação apresentado em dezembro de 2012, que apenas veio a ser aprovada em setembro de 2013 e inserida no SIGON.2 em novembro. Quanto à assistência técnica para o ano 2013, a aprovação da candidatura só veio a ocorrer em novembro o que inviabilizou a apresentação de pedidos de reembolso e os correspondentes pagamentos, facto que afetou decisiva e negativamente os resultados do exercício a abordar mais adiante neste relatório.

(iv) Finalmente, e a pressionar fortemente a taxa de execução da despesa, destaque ainda para as recorrentes limitações impostas quanto ao recrutamento de colaboradores, a qualquer título ou prazo, facto que não apenas prejudica as execuções orçamentais, mas principalmente a concretização dos projetos, condenando-os a constantes prorrogações.

6 - Análise da Situação Económica e Financeira

No presente capítulo pretende-se proceder à análise económica e financeira da CIM Cávado em 31 de dezembro de 2013, assim como da sua situação patrimonial e financeira.

Demonstração de resultados

Encerradas as contas do exercício económico de 2013, o montante global de proveitos ascendeu a 802.515,72 €, enquanto o global de custos ficou-se pelos 750.273,58 €, o que permitiu apurar um resultado do líquido positivo de 52.242,14 €, o qual se decompõe nas seguintes componentes:

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Resultados Operacionais	88.896,06	105.329,66	349.063,59	40.270,15
Resultados Financeiros	206,70	2.046,18	4.930,84	9.091,75
Resultados Correntes	89.102,76	107.375,84	353.994,43	49.361,90
Resultados Extraordinários	-200,00	-427,50	107,15	2.880,24
Resultado Líquido do Exercício	88.902,76	106.948,34	354.101,58	52.242,14

Resultados Operacionais

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	Var %	%
Custos Operacionais						
Custos das mercadorias vendidas mat. cons.	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fornecimentos e Serviços Externos	183.136,15	344.014,90	254.671,18	341.570,89	34%	45%
Custos com o Pessoal	440.481,55	355.313,38	335.114,57	339.116,01	1%	45%
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	1.000,00	18.200,00	26.873,33	63.043,42	135%	8%
Amortizações	16.687,04	16.511,11	18.161,87	6.513,26	-64%	1%
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Custo e Perdas Operacionais	141,10	86,67	153,90	0,00		
Total dos Custos Operacionais	641.445,84	734.126,06	634.974,85	750.243,58	18%	100%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	28.470,00		3%
Impostos e Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências e Subsídios Obtidos	730.265,58	839.455,72	983.693,29	758.398,73	-23%	96%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	76,32	0,00	345,15	3.645,00	956%	1%
Total de Proveitos Operacionais	730.341,90	839.455,72	984.038,44	790.513,73	-20%	100%
Resultados Operacionais	88.896,06	105.329,66	349.063,59	40.270,15		

Os Proveitos Operacionais são maioritariamente constituídos pelas transferências do Orçamento de Estado, Municípios e QREN.

Como se pode verificar existe um acréscimo significativo na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, o qual se justifica com a execução do plano de formação Intermunicipal de 2012/2013 dirigido aos colaboradores dos municípios associados.

No mesmo sentido, regista-se um ligeiro acréscimo de custos na outra das principais componentes de custos operacionais os custos com pessoal, que sofrem um incremento de cerca de 4.000 € (16%).

Como já referido anteriormente, o bloqueio burocrático sofrido pelos dois projetos mais significativos aprovados no ON.2 teve como consequência uma redução significativa das verbas provenientes do QREN, com fortes e negativas repercussões nos proveitos e resultados operacionais.

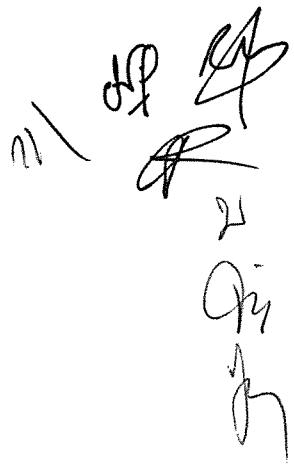
Resultados Financeiros

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Custos Financeiros				
Juros Suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Custos e Perdas Financeiras	49,41	0,00	101,80	0,00
Total de Custos Financeiros	49,41	0,00	101,80	0,00
Proveitos Financeiros				
Juros Obtidos	256,11	2.046,18	5.032,64	9.091,75
Total de Proveitos Financeiros	256,11	2.046,18	5.032,64	9.091,75
Resultados Financeiros	206,70	2.046,18	4.930,84	9.091,75

Os resultados financeiros resultam integralmente da remuneração de contas bancárias, uma vez que não existem em custos financeiros. Apesar de registar um crescimento pelo quarto ano consecutivo, a sua materialidade continua irrelevante.

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Custos Extraordinários				
Transferências de Capital Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Penalidades	200,00	427,50	0,00	30,00
Correções relativas a Anos Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Custo e Proveitos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Custos Extraordinários	200,00	427,50	0,00	30,00
Proveitos Extraordinários				
Correções Relativas a Anos Anteriores	0,00	0,00	107,15	2.910,24
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Proveitos Extraordinários	0,00	0,00	107,15	2.910,24
Resultados Extraordinários	-200,00	-427,50	107,15	2.880,24

Os resultados extraordinários são compostos por uma coima do lado dos custos e por uma correção positiva relativa a anos anteriores do lado dos proveitos.



 M / JF / R / 21 / QM / JH

Situação Financeira e Patrimonial

Ativo Imobilizado

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	Var %
Imobilizado Bruto	47.031,69	55.985,26	66.509,55	67.859,52	2%
Amortizações Acumuladas	18.551,59	35.062,70	53.224,57	59.737,83	12%
Imobilizado Líquido	28.480,10	20.922,56	13.284,98	8.121,69	-39%

Como se pode verificar pelo quadro, no ano 2013 não se registaram investimentos relevantes em imobilizado, pelo que as alterações se mantêm pouco relevantes.

Evolução da Dívida a Terceiros

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	Var %
Dívida de Médio e Longo Prazo					
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fornecedores MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida de Curtos Prazo					
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fornecedores c/c	42.536,40	47.880,01	0,00	0,00	
Fornecedores Imobi. c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	
Estado e Outros entes Públicos	6.573,14	7.262,59	5.879,17	6.413,61	9%
Outros Credores	1.267,77	192,09	8,38	8,38	0%
Garantias e Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	50.377,31	55.334,69	5.887,55	6.421,99	1%

Também neste capítulo a situação está perfeitamente estabilizada, com a conta fornecedores conta corrente a registar um saldo nulo à data de 31 de dezembro de 2013, a qual reflete o facto de durante todo o ano 2013 o prazo médio de pagamentos se manter invariavelmente abaixo dos 30 dias.

Evolução da Dívida de Terceiros

Designação	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Dívida de Curto Prazo				
Clientes C/ Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Autárquica	72.215,00	70.065,00	16.655,00	50.306,00
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	183.149,88
Total	72.215,00	70.065,00	16.655,00	233.455,88

Neste capítulo regista-se provavelmente uma das alterações mais relevantes do ano 2013, uma vez que se encontram registados em outros devedores as verbas a receber por conta de pedidos de reembolso já validados ou formalizados há mais de seis meses.

7 - Indicadores de Gestão

Rácios	2010	2011	2012	2013
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/ Activo Total)	0,58	0,66	0,84	1,25
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo Total)	1,39	1,90	5,23	10,35
Liquidez Geral (Exis. + Disp + Dívidas c/p/ Passivo c/p)	4,10	6,34	113,01	76,43

A Autonomia Financeira representa a parcela do ativo realizado com recursos próprios, e é normalmente aceite que este valor se deva situar acima de 0,33. Considera-se por isso que no que a este rácio diz respeito a Comunidade Intermunicipal goza de uma estrutura financeira equilibrada com evolução positiva.

O Rácio da Solvabilidade, que quando superior à unidade significa que os fundos próprios são superiores ao total do passivo assumido, sustenta uma gestão ponderada com resultados reforçados.

Quanto ao rácio de Liquidez Geral, sendo superior a zero, evidencia que as dívidas de curto prazo são inteiramente cobertas por recursos de curto prazo, concluindo-se daí uma tesouraria inteiramente solvente.

HP EGS
NR
QJ
BH

8 - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere, ainda, que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 "Património" corresponda a 20% do ativo líquido, sendo que, é obrigatório o reforço das "Reservas Legais" no valor mínimo de 5% dos resultados Líquidos. Nesse sentido, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício seja aplicado 5 % em reservas legais.

Braga, 10 de março de 2014

HP BP
RJ
Mgj
h

CONTAS

BALANÇO

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

2013/01/01 a 2013/12/31

ANO 2013
PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
451	Imobilizado:				
452	Bens de domínio público				
453	Terrenos e recursos naturais				
455	Edifícios				
459	Outras construções e infra-estruturas				
445	Bens do património histórico, artístico e cultural				
446	Outros bens de domínio público				
	Imobilizações em curso				
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
431	Imobilizações incorpóreas				
432	Despesas de instalação				
433	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
443	Propriedade industrial e outros direitos				
449	Imobilizações em curso				
	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
421	Imobilizações corpóreas				
422	Terrenos e recursos naturais				
423	Edifícios e outras construções				
424	Equipamento básico	44.331,34	41.233,23	3.098,11	9.255,91
425	Equipamento de transporte	162,14	162,14		
426	Ferramentas e utensílios	23.366,04	18.342,46	5.023,58	4.029,07
427	Equipamento administrativo				
429	Taras e vasilhame				
442	Outras imobilizações corpóreas				
448	Imobilizações em curso				
	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		67.859,52	59.737,83	8.121,69	13.284,98
411	Investimentos financeiros				
412	Partes de capital				
414	Obrigações e títulos de participação				
415	Investimentos em imóveis				
441	Outras aplicações financeiras				
447	Imobilizações em curso				
	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
36	Circulante:				
35	Existências:				
34	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
33	Produtos e trabalhos em curso				
32	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
37	Produtos acabados e intermédios				
	Mercadorias				
	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				

BALANÇO

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

2013/01/01 a 2013/12/31

ANO 2013
PÁGINA 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
264	Administração autárquica Médio e Longo Prazo				
28	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Empréstimos concedidos				
212	Clientes c/c				
213	Contribuintes c/c				
218	Utentes c/c				
251	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
229	Devedores pela execução do orçamento				
2619	Adiantamentos a fornecedores				
24	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
264	Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268	Administração autárquica	50.306,00		50.306,00	16.655,00
	Outros devedores	183.149,88		183.149,88	
		233.455,88		233.455,88	16.655,00
151	Títulos negociáveis:				
152	Acções				
153	Obrigações e títulos de participação				
159	Títulos de dívida pública				
18	Outros títulos				
	Outras aplicações de tesouraria				
12	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
11	Depositos em instituições financeiras	440.524,65		440.524,65	648.671,01
	Caixa				
271	Acréscimos e diferimentos:				
272	Acréscimos de proveitos	440.524,65		440.524,65	648.671,01
	Custos diferidos				
	Total de amortizações		59.737,83		
	Total de provisões.....				
	Total do activo	741.840,05	59.737,83	682.102,22	678.610,99

BALANÇO

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

2013/01/01 a 2013/12/31

ANO 2013
TÍP. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	11.707,68	55.237,84
		53.669,96	102.955,31
	Total do passivo	60.091,95	108.842,86
	Total dos fundos próprios e do passivo	682.102,22	678.610,99

ORGÃO EXECUTIVO

Em 10 de Março de 2014



ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de _____



BALANÇO

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

2013/01/01 a 2013/12/31

ANO 2013

PAG 1

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	562.428,25	226.031,75
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
571	Reservas de reavaliação		
572	Reservas:		
573	Reservas legais	29.601,49	11.896,41
574	Reservas estatutárias		
575	Reservas contratuais		
576	Reservas livres		
577	Subsídios		
59	Doações		
88	Reservas decorrentes de transferências de activos	5.592,39	5.592,39
	Resultados transitados	-27.854,00	-27.854,00
	Resultado líquido em exercício	52.242,14	354.101,58
		622.010,27	569.768,13
292	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2613	Empréstimos de médio e longo prazo		
	Fornecedores Imobilizado - Leasing		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo		
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c		
252	Facturas em recepção e conferência		
219	Credores pela execução do orçamento		
2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
24	Fornecedores de imobilizado c/c		
264	Estado e outros entes públicos	6.413,61	5.879,17
262+263+267+268	Administração autárquica		
222+2612+262	Outros credores	8,38	8,38
	Garantias e Cauções		
273	Acréscimos e diferimentos:	6.421,99	5.887,55
	Acréscimos de custos	41.962,28	47.717,47

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

2013/01/02 a 2013/12/31

ANO 2013

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N	N - 1		
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	280.497,31			
643 a 648	Encargos sociais	58.618,70	339.116,01	50.184,85	335.114,57
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		63.043,42		26.873,33
66	Amortizações do exercício		6.513,26		18.161,87
67	Provisões do exercício				
65	Outros custos operacionais				153,90
	(A)		750.243,58		
68	Custos e perdas financeiros				634.974,85
	(C)		750.243,58	30,00	635.076,65
69	Custos e perdas extraordinários				
	(E)		750.273,58	52.242,14	635.076,65
88	Resultado líquido do exercício.....				354.101,58
	(X)		2.709.406,60		2.613.433,11
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
	Venda de mercadorias				
	Venda de produtos				
7111	Prestações de serviços				
7112+7113	Impostos e taxas	28.470,00	28.470,00		
712	Variação da produção				
(a)	Trabalhos para a própria entidade				
75	Proveitos suplementares				
73	Transferências e subsídios obtidos				
74	Outros proveitos e ganhos operacionais				
76			758.398,73		983.693,29
			3.645,00		345,15
	(B)		790.513,73		984.038,44
78	Proveitos e ganhos financeiros		9.091,75		5.032,64
	(D)		799.605,48		989.071,08
79	Proveitos extraordinários		2.910,24		107,15
	(F)		802.515,72		989.178,23
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		40.270,15		349.063,59
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		9.091,75		4.930,84
	Resultados Correntes: (D - C)		49.361,90		353.994,43
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		52.242,14		354.101,58

Banrelho Executivo
 Em 10 de Março de 2014
RJLR

Em _____ de _____ de _____

DR
RF
AT
AT
DR
DR

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ENTIDADE	RESUMO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA	DATA	ANO	PÁGINA
			2014/03/02	2013

PERÍODO : Janeiro / Dezembro

RECEITAS		DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
RECEITAS CORRENTES					
01	IMPOSTOS DIRECTOS				
02	IMPOSTOS INDIRECTOS				
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1,00			
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	500,00	9.091,75	1818.	0.8
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.419.675,44	498.067,69	35.1	41.9
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	35.149,56	35.018,10	99.6	2.9
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,00	3.645,00	12150	0.3
				0.0	
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.455.329,00	545.822,54	37.5	45.9
RECEITAS DE CAPITAL					
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	6,00			
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11,00			
11	ACTIVOS FINANCEIROS				
12	PASSIVOS FINANCEIROS				
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3,00			
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	20,00			
OUTRAS RECEITAS					
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS				
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	642.783,46	642.783,46	100.0	54.1
	TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	642.783,46	642.783,46	100.0	54.1
	TOTAL GERAL	2.098.132,46	1.188.606,00	56.7	100.0

DESPESAS		DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
DESPESAS CORRENTES					
01	DESPESAS COM O PESSOAL	424.300,00	341.960,96	80.6	45.3
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.273.600,00	341.570,89	26.8	45.3
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	200,00			
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.600,00	30.771,43	39.7	4.1
05	SUBSÍDIOS				
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	38.850,09	97.1	5.1
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	1.815.700,00	753.153,37	41.5	99.8
DESPESAS DE CAPITAL					
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	282.430,46	1.349,97	0.5	0.2
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,00			
09	ACTIVOS FINANCEIROS				
10	PASSIVOS FINANCEIROS				
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1,00			
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	282.432,46	1.349,97	0.5	0.2
	TOTAL GERAL	2.098.132,46	754.503,34	36.0	100.0

Banrelho Executivo
Em 10 de Março de 2014
RMB

Em ____ de _____ de ____

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

ANO 2013

REC. 3

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11; a)
CÓDIGO (1)	DEScrição (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
080501	CONTINENTE	1,00					1,00	1,00		
08050101	MUNICÍPIOS	1,00					1,00	1,00		
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1,00					1,00	1,00		
1102	DIVERSAS	1,00					1,00	1,00		
110299	OUTRAS	1,00					1,00	1,00		
TOTAL		2.095.132,46	1.057.208,03		1.057.208,03	754.503,34	1.040.924,43	1.343.629,12	302.704,69	35,96

(a) $(11 = 7 / 3 \times 100)$

Bonellho Executivo
10 de Março de 2014
RPLS

Em _____ de _____ de _____

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

Conselho Executivo
Em 10 de Março de 2014
BFL

Em ____ de _____ de ____

2013
PAG. 3

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

bonelho Executivo
Em 10 de Março de 2014
M.R.

Em _____ de _____ de _____

GR
Ori
h

OBJETIVO PROGRAMA	DESCRICAÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)	
		AN	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL			
1.	FUNÇÕES GERAIS	334.261,76	100.000,00	434.261,76		212,72	212,72	0,06	0,05	
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	204.261,76		204.261,76		212,72	212,72	0,10	0,10	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	204.261,76		204.261,76		212,72	212,72	0,10	0,10	
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	130.000,00	100.000,00	230.000,00						
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	130.000,00	100.000,00	230.000,00						
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	191.604,86		191.604,86		34.976,67	34.976,67	18,25	18,25	
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA		9.000,00	9.000,00						
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	182.604,86		182.604,86		34.976,67	34.976,67	19,15	19,15	
4.	OUTRAS FUNÇÕES	859.425,61		859.425,61		295.723,03	295.723,03	34,41	34,41	
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	853.425,61		853.425,61		295.723,03	295.723,03	34,41	34,41	
		TOTAL GERAL	1.383.292,23	100.000,00	1.465.292,23		330.912,42	330.912,42	23,89	22,28

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores - Total Previsto)

OBJETIVO PROGRAMA	DESCRICAÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)
		ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.	FUNÇÕES GERAIS	204.261,76		204.261,76		212,72	212,72	0,10	0,10
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	204.261,76		204.261,76		212,72	212,72	0,10	0,10
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	204.261,76		204.261,76		212,72	212,72	0,10	0,10
4.	OUTRAS FUNÇÕES	78.166,93		78.166,93		1.137,25	1.137,25	1,45	1,45
4.3.	DEVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	78.166,93		78.166,93		1.137,25	1.137,25	1,45	1,45
		TOTAL GERAL		282.428,69		1.343,97	1.343,97	0,48	0,48

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores - Total Previsto)

OBJETIVO PROGRAMA	DESCRÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)	
		AN	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL			
1.	FUNÇÕES GERAIS	130.000,00	100.000,00	230.000,00						
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	130.000,00	100.000,00	230.000,00						
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	130.000,00	100.000,00	230.000,00						
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	191.604,86		191.604,86		34.976,67	34.976,67	18.25	18.25	
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA		9.000,00	9.000,00						
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS		182.604,86	182.604,86		34.976,67	34.976,67	19.15	19.15	
4.	OUTRAS FUNÇÕES	781.258,68		781.258,68		294.585,78	294.585,78	37.71	37.71	
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	781.258,68		781.258,68		294.585,78	294.585,78	37.71	37.71	
		TOTAL GERAL	1.102.863,54	100.000,00	1.202.863,54		329.562,45	329.562,45	29.38	27.40

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

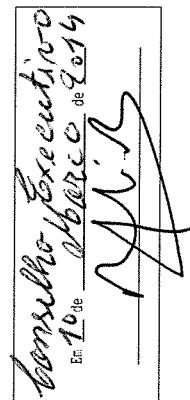
b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores - Total Previsto)

EXECUÇÃO DAS GRANDES OPRAS DO PLANO												
OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIF. ECONÔMICA	CÓDIGO/AC/ TIPO/ NÚMERO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO			FONTE DE FINANCIAMENTO		DATAS	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	EXEC. FIMAN CERA ANUAL % (a)
				AC	AN	FC	INÍCIO	FIM				
a) TRANSPORTAR ...												
0102/02/0203	04	2011 A 3							1.385.292,23	100.000,00	1.485.292,23	
0102/02/0206	04	2011 A 3								30.000,00		12.102,76
0102/02/0209	04	2011 A 3								6.600,00		6.600,00
0102/02/0214	04	2011 A 3								1.500,00		1.500,00
0102/02/0217	04	2011 A 3								15.202,80		15.202,80
0102/02/0220	04	2011 A 3								1.000,00		1.000,00
TOTAL GERAL ...				1.385.292,23			100.000,00	1.485.292,23			330.912,42	330.912,42
TOTAL GERAL ...				1.385.292,23			100.000,00	1.485.292,23			330.912,42	330.912,42

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)



Em _____
de _____
de _____

Página : 2

Anotações

- a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano : * 100) / Previsto no Ano
- b) Execução Financeira Global = (Total Executado : * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

*Conselho Executivo
Em 10 de Janeiro de 2014
MJS*

*Em _____ de _____ de _____

_____*

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO

ANO 2013

PAG.

CP

Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior	648.671,01	Despesas orçamentais		754.503,34
Execução orçamental	642.783,46	Correntes	753.153,37	
Operações de tesouraria ...	5.887,55	Capital	1.349,97	
Receitas orçamentais	545.822,54	Operações de tesouraria		97.885,46
Correntes		Saldo para a gerência seguinte ...		440.524,65
Capital		Execução orçamental	434.102,66	
Outras		Operações de tesouraria	6.421,99	
Operações de tesouraria	98.419,90	Total		1.292.913,45
Total	1.292.913,45			

bonrelho Executivo
 Em 10 de Março de 2014
M. B.

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM Periodo: 2013/01/02 a 2013/12/31					DATA 2014/03/02	ANO 2013	PÁGINA 07	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PÉRÍODO		SALDO FINAL				
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR			
09	CONTAS DE ORDEM									
09.1	FUNDOS CAUCIONADOS									
09.1.1	CAUÇÃO DE EMPREITADA									
09.1.1.01	CAUÇÃO PRESTADA									
09.1.1.02	CAUÇÃO DEVOLVIDA									
09.1.1.03	CAUÇÃO ACCIONADA									
09.1.1.04	CONTRAPARTIDA									
09.1.2	CAUÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS									
09.1.2.01	CAUÇÃO PRESTADA									
09.1.2.02	CAUÇÃO DEVOLVIDA									
09.1.2.03	CAUÇÃO ACCIONADA									
09.1.2.04	CONTRAPARTIDA									
09.1.3	CAUÇÕES DE FORNECIMENTO									
09.1.3.01	CAUÇÃO PRESTADA									
09.1.3.02	CAUÇÃO DEVOLVIDA									
09.1.3.04	CONTRAPARTIDA									
09.1.4	CONTRAPARTIDA DAS GARANTIAS									
09.2	GARANTIAS BANCARIAS									
09.2.1	PRESTADAS									
09.2.2	DEVOLVIDAS									
09.2.3	ACCIONADAS									
TOTAL ...										

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA				DATA	ANO	PAGINA
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			5.879,17	97.784,90	98.319,34	6.413,61
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos			3.733,00	64.009,22	64.686,22	4.410,00
24.2.1		Trabalho dependente			3.733,00	61.735,00	62.412,00	4.410,00
24.2.2		Trabalho independente				2.274,22	2.274,22	
24.5		Contribuições para a Segurança Social			2.146,17	33.775,68	33.633,12	2.003,61
24.5.1		Caixa Geral de Aposentações			1.710,59	23.794,45	23.919,00	1.835,14
24.5.1.1		CGA - Descontos do pessoal			1.710,59	23.794,45	23.919,00	1.835,14
24.5.2		ADSE				4.513,39	4.513,39	
24.5.2.1		ADSE - Descontos do pessoal				4.513,39	4.513,39	
24.5.3		Inst. Gestão Finan. da Segurança Social			435,58	5.467,84	5.200,73	168,47
24.5.3.1		IGFSS - Descontos do pessoal			435,58	5.467,84	5.200,73	168,47
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES			8,38	100,56	100,56	8,38
26.3		Sindicatos			8,38	100,56	100,56	8,38
26.3.2		STPPN			8,38	100,56	100,56	8,38
TOTAL ...					5.887,55	97.885,46	98.419,90	6.421,99

Conselho Executivo
 Em 1º de Janeiro de 2014
RJG/S

Em _____ de _____ de _____



vale do cavado

comunidade intermunicipal
do cátado

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | EXERCÍCIO DE 2013

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 Identificação

A Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) tem a sua sede na rua do Carmo n.º 29 em Braga e é identificada com o número de pessoa coletiva 508 779 472.

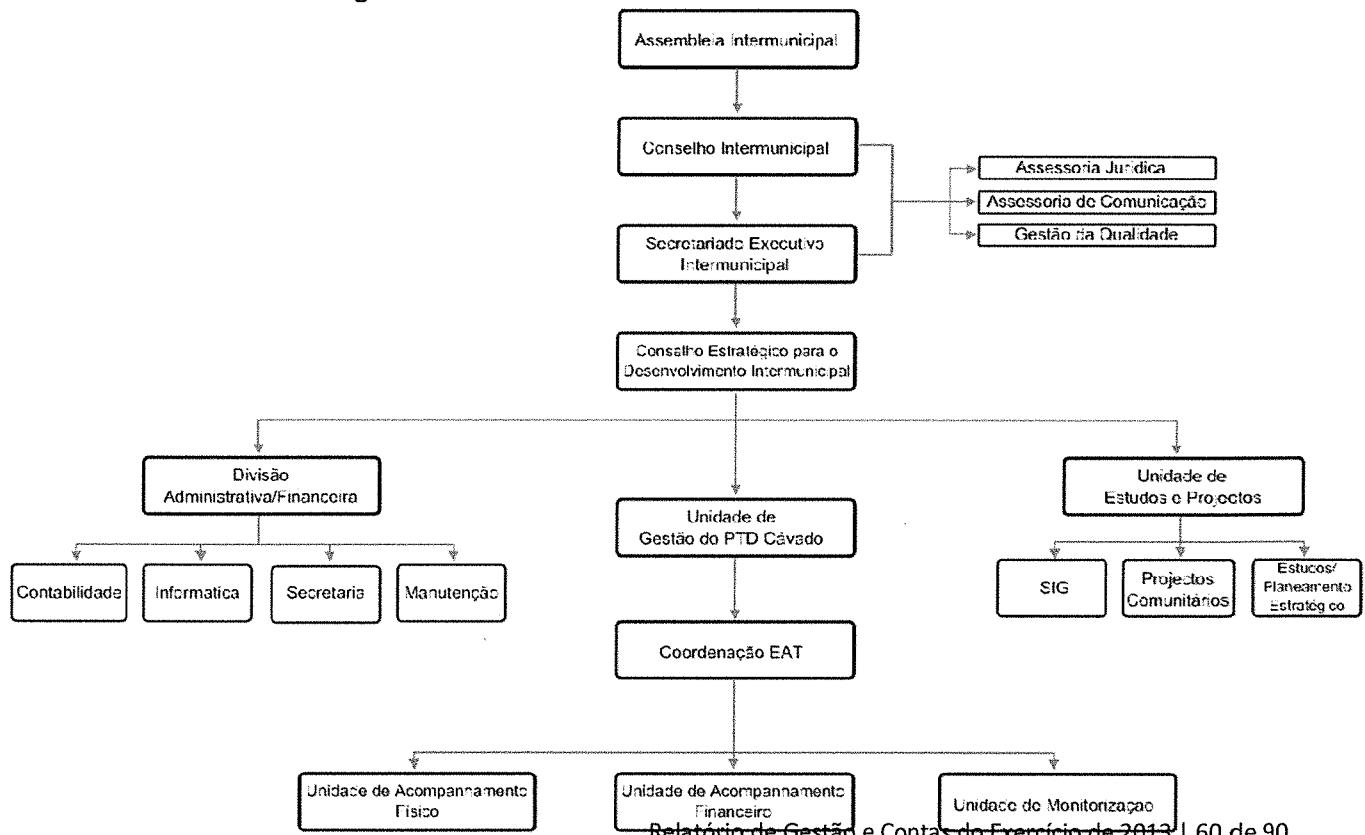
8.1.2. Legislação

A Comunidade Intermunicipal do Cávado foi constituída por escritura pública outorgada em 30 de Outubro de 2008. A sua constituição resulta da determinação expressa de todos os municípios que constituem a NUT Cávado, nomeadamente os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. Atualmente o enquadramento legal rege-se pela Lei 75/2013 de 12/09.

Sendo uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, e de âmbito territorial, visa a prossecução de diversos fins públicos enumerados no artigo 2º dos seus estatutos, publicados no nº 235 da II Série do Diário da República de 4 de Dezembro de 2008. Estes estatutos foram reformulados para se adaptarem ao novo enquadramento legal, aguardando-se a sua apreciação pela Assembleia Intermunicipal.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios, critérios e demais determinações definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 162/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei nº 315/2000 de 2 de Dezembro. A Prestação de contas obedece aos requisitos do Regime Completo instituído no referido POCAL.

8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva



8.1.4. Descrição Sumária da Atividade

Esta Comunidade Intermunicipal tem por objeto a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nos termos da legislação em vigor e do artigo 2º dos seus Estatutos. A saber:

“1 — Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos municípios, a Comunidade Intermunicipal tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

2 — A Comunidade Intermunicipal assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infra -estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.”

As atividades ou ações desta Comunidade Intermunicipal, concretizadas no ano transato encontram-se descritas no Relatório de Gestão.

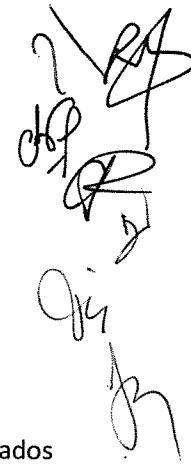
8.1.5 – Recursos Humanos – titulares dos Órgãos

De 1 de janeiro a 27 de outubro de 2013

Francisco Mesquita Machado – Presidente do Conselho Executivo;
José Lopes Gonçalves Barbosa – Vice-Presidente do Conselho Executivo;
Fernando João Couto e Cepa – Vice-Presidente do Conselho Executivo;
Miguel Jorge Costa Gomes – Membro do Conselho Executivo;
Joaquim José Cracel Viana – Membro do Conselho Executivo;
António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela – Membro do Conselho Executivo

De 28 de outubro a 31 de dezembro de 2013

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio – Presidente do Conselho Intermunicipal;
Miguel Jorge Costa Gomes – Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal;
António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela – Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal;
Manuel da Rocha Moreira – Membro do Conselho Intermunicipal;


António Benjamim da Costa Pereira – Membro do Conselho Intermunicipal;
Joaquim José Cracel Viana – Membro do Conselho Intermunicipal

Luis Manuel Machado Macedo – Secretário Executivo

8.1.6 – Organização Contabilística

Do ponto de vista informático, os registo e demais procedimentos contabilísticos são efectuados num único sistema informático (POCAL da Medidata.net) que integra a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial, em estrita obediência às determinações do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Desta forma a Contabilidade Orçamental é executada em total concordância com a Contabilidade Geral encontrando-se integradas no mesmo sistema.

Não foram elaboradas demonstrações financeiras intervalares.

Não existe descentralização contabilística.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As normas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração do Plano Oficial de Contabilidade, não constando aquelas que para o presente exercício não são aplicáveis.

8.2.2 – Comparabilidade do Balanço e Demonstração de Resultados.

Ano 5 de exercício POCAL.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados são os seguintes:

- *Imobilizado* - A valorização do imobilizado foi efectuada utilizando-se o custo de aquisição (custo histórico).
- *Existências* - Não aplicável no corrente ano.
- *Dívida de e a terceiros* - As dívidas de e a terceiros são expressas pela importâncias constante nos documentos que as titulam.
- *Disponibilidades* - As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

Os métodos de cálculo utilizados são os seguintes:

- *Amortizações* - O método utilizado para o custo das amortizações é o método das quotas constantes, em conformidade com a Portaria do Ministério das Finanças nº 671/2000 (2ª Série), de 17 de Abril (CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado)
- *Provisões* - Não aplicável no corrente ano.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado

ACTIVO BRUTO Ano: 2013

(unidade: euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<i>De Bens de domínio público</i>						
<i>Terrenos e recursos naturais</i>						
<i>Edifícios</i>						
<i>Outras construções e Infraestruturas</i>						
<i>Bens de património histórico e artístico e cultural</i>						
<i>Outros bens de domínio público</i>						
<i>Imobilizações em curso</i>						
<i>Adiantamento por conta de bens de domínio público</i>						
<i>De imobilizações incorpóreas</i>						
<i>Despesas de instalação</i>						
<i>Despesas de investigação e de desenvolvimento</i>						
<i>Propriedade industrial e outros Direitos</i>						
<i>Imobilizações em curso</i>						
<i>Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas</i>						
<i>De imobilizações corpóreas</i>						
<i>Terrenos e recursos naturais</i>						
<i>Edifícios e outras construções</i>						
<i>Equipamento básico</i>	44.331,34					44.331,34
<i>Equipamento de transporte</i>	0,00					
<i>Ferramentas e utensílios</i>	162,14					162,14
<i>Equipamento administrativo</i>	22.016,07		1.349,97			23.366,04
<i>Taras e vasilhame</i>						
<i>Outras imobilizações corpóreas</i>						
<i>Imobilizações em curso</i>						
<i>Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas</i>						
<i>De investimentos financeiros</i>						
<i>De partes de capital</i>						
<i>Obrigações e títulos de participação</i>						
<i>Investimentos em imóveis</i>						
<i>Terrenos e recursos naturais</i>						
<i>Edifícios e outras construções</i>						
<i>Outras aplicações financeiras</i>						
<i>Títulos de dívida pública</i>						
<i>Outros títulos</i>						
<i>Imobilizações em curso</i>						
<i>Adiantamento por conta de investimentos financeiros</i>						
	66.509,55	0,00	1.349,97	0,00	0,00	67.859,52

Rafael
JPF
GJ
AB

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano: 2013

(unidade: euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e Infra-estruturas				
Bens de património histórico e artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros				
Direitos				
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	34.862,71	3.166,60	3.203,92	41.233,23
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	162,14			162,14
Equipamento administrativo	18.199,72	3.346,66	-3.203,92	18.342,46
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
	53.224,57	6.513,26	0,00	59.737,83
De investimentos financeiros				
De partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras				
Títulos de dívida pública				
Outros títulos				

8.2.13 – Bens em regime de locação financeira

Não aplicável no ano de 2013

8.2.26. Contas de ordem

Não aplicável no ano de 2013

8.2.28 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5

Designação da conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
51 – Património	226.031,75		336.396,50	562.428,25
571 – Reservas Legais	11.896,41		17.705,08	29.601,49
577 – Reservas decorrentes da transferência de activos	5.592,39			5.592,39
59 – Resultados Transitados	27.854,00	354.101,58		27.854,00

8.2.31. – Demonstração de resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados			781	Juros Obtidos	9.091,75	5.032,64
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de Câmbio desfavoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	101,80		787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	9.091,75	4.930,84	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total.....	9.091,75	5.032,64		Resultados financeiros		
					Total.....	9.091,75	5.032,64

8.2.32. – Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas			791	Restituições de Impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizado			794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e penalidades	30,00		795	Benefícios penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Redução de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a anos anteriores			797	Correcções relativas a exercícios anteriores	2.910,24	107,15
697	Outros Custos e perdas Extraordinárias			798	Outros proveitos e ganhos extraordinários		
	Resultados Extraordinários	2.880,24	107,15		Resultados financeiros		
	Total.....	2.910,24	107,15		Total.....	2.910,24	107,15

8.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1 – Modificações ao orçamento

Durante o exercício de 2013 foram efetuadas 4 modificações ao orçamento da despesa, 3 alteração e 1 revisão, conforme mapa anexo.

8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante o exercício de 2013 foi efetuada 1 revisão ao PPI, conforme mapa anexo.

8.3.3 – Contratação administrativa

(ver mapa anexo)

8.3.4 – Transferências e subsídios

(ver mapa anexo)

8.3.6 – Endividamento

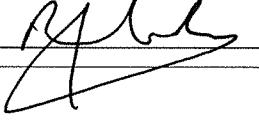
Não foram efectuados contratos de empréstimos de médio e Longo Prazo.

8.3.6.2 – Outras Dívidas a Terceiros

(ver mapa anexo)

O Conselho Executivo

Em 10 de Março de 2014



Em ____ de _____ de ____









ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 2
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CAVADO		TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 1	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2013		ATÉ Á DATA : 2013/12/31	
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	PREVISÕES CORRIGIDAS		
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS	1,00		1,00		
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	7,00		7,00		
10050101	Municípios	7,00		7,00		
1005010101	MUNICÍPIO DE AMARES	1,00		1,00		
1005010102	MUNICÍPIO DE BARCELOS	1,00		1,00		
1005010103	MUNICÍPIO DE BRAGA	1,00		1,00		
1005010104	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	1,00		1,00		
1005010105	MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO	1,00		1,00		
1005010106	MUNICÍPIO DE VILA VERDE	1,00		1,00		
1005010199	OUTRAS	1,00		1,00		
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3,00		3,00		
1301	OUTRAS	3,00		3,00		
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00		1,00		
130102	ACTIVOS INCORPÓREOS	1,00		1,00		
130199	OUTRAS	1,00		1,00		
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		642.783,46	642.783,46		
1601	SALDO ORÇAMENTAL		642.783,46	642.783,46		
160101	NA POSSE DO SERVIÇO		642.783,46	642.783,46		
TOTAL ...		1.455.349,00	642.783,46	2.098.132,46		

Conselho Executivo

Em 10 de Março de 2014

[Signature]

Em _____ de _____ de _____

*PF
M. R.
M. R.*

Em _____ de _____ de _____

M. R.

Comelho Executivo
Em 1º de Julho de 2014

MODIFICAÇÕES AO PLANO plurianual DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE CONSULTEIA INTERMUNICIPAL DO CÁVIAO
TOTAL DE ALTERAÇÕES : 1 **ANO CONTABILÍSTICO:** 2013 **ATÉ A DATA:** 2013/12/31

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. / ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		CÓDIGO ORGÂNICO	VALOR REALIZADO	2013		ANOS SEGUINTES	
				INÍCIO	FINAL			TOTAL	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	
1.											
1.1.											
1.1.1.	96	Funcões gerais de administração pública	SE	2013/01/01	2013/12/31	0	0,02	77010301			
1.1.1.1.	06	Administracão Geral	SE			0,02	770107	195.833,46	1.000,00	1.000,00	195.833,46
1.1.1.1.1.	06	Administracão Geral	SE			0,02	770108	3.379,30	3.379,30	3.379,30	3.379,30
1.1.1.1.2.	06	Administracão Geral	SE			0,02	770109	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.1.1.1.3.	06	Administracão Geral	SE			0,02	770110	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.1.4.	06	Administracão Geral	SE			0,02	770111	9.373,30	204.251,76	1.000,00	1.000,00
4.											
4.3.	02	Diverasas não especificadas									
4.3.1.	0201	Câdado Digital	SE	2009/01/02	2013/12/31	4	0,02	770107	8.170,91	8.170,91	8.170,91
4.3.2.	04	Câdado Digital Capital	SE	2011/01/02	2013/12/31	3	0,02	770107	33.035,92	10.000,00	10.000,00
4.3.3.	0401	Capacitaçao Institucional Capital	SE			0,02	770108	22.536,02	22.536,02	22.536,02	22.536,02
4.3.4.	0401	Capacitaçao Institucional Capital	SE			0,02	770111	500,00	500,00	500,00	500,00
4.3.5.	0401	Capacitaçao Institucional Capital	IM			0,02	770107	36.910,00	36.910,00	36.910,00	36.910,00
4.3.6.	01	Câdado Digital Mais	IM			0,02	770108	12.300,00	12.300,00	12.300,00	12.300,00
4.3.7.	01	Câdado Digital Mais	IM			0,02	770111	24.500,00	24.500,00	24.500,00	24.500,00
								TOTAL ...	50.645,23	282.428,69	50.645,23
											231.333,46

Conselho Executivo
 Em 10 de Julho de 2014


Em ____ de ____ de ____

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

Transferências correntes - Despesa

Disposições legais	Entidade beneficiária	Transferências efectuadas	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)
al. f) Art 13º Lei 45/2008	Associação Florestal do Cávado	200,00	
al. f) Art 13º Lei 45/2008	Agência de Energia do Cávado	2.000,00	
Art 16º Lei 45/2008	CIM Alto Minho	28.571,43	PROVER Minho IN
OREN NORTE-11-0173-FEDER-0000044	IFR - INST. FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - FEDER	32.271,99	
	Total	63.043,42	

Transferências capital - Despesa

Disposições legais	Entidade beneficiária	Transferências efectuadas	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)
	NEGATIVO		
	Total	0,00	0,00

Subsídios obtidos

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Ano 2013

(Unidade: Euros)

Disposições Legais (1)	Entidade financiadora (2)	Finalidade (3)	Subsídios previstos (4)	Subsídios recebidos (5)	Observações (6)
			NEGATIVO		
<i>Total.....</i>					

Subsídios concedidos

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Ano 2013

(Unidade: Euros)

Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Subsídios pagos (4)	Observações (5)
			NEGATIVO	
<i>Total.....</i>				

BB
DR
2

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Activos de Rendimento Fixo

Ano:
2013

Descrição do Activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Rendimento (7)	Vencido por cobrar (8)	Observações (9)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)			
A curto prazo.....								
A médio e longo prazos.....								
Total.....								

NEGATIVO

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Ano:
2013

Activos de Rendimento Variável

Valor de mercado (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Juros vencidos e a receber (7)	Juros vencidos (8)	Unidade: euros
		Juros Vencidos (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)			
A curto prazo.....								
A médio e longo prazos.....								
Total.....								

NEGATIVO

Empréstimos

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Caracterização do empréstimo	Data de aprovação pela A. Intermunicipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto TC Número de registo	Data	Finalidade do empréstimo (c)	Capital	Taxa de juro			Encargos do ano			Ano (Unidade: Euros)	2013
									Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Anontizações	Juros	Total	
NEGATIVO																
Total.....															0,00	0,00
Limite de endividamento																0,00

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS Periodo : 2013/01/02 a 2013/12/31			DATA	ANO	PÁGINA
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL		
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		5.879,17		6.413,61	
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		3.733,00		4.410,00	
24.2.1		Trabalho dependente		3.733,00		4.410,00	
24.5		Contribuições para a Segurança Social		2.146,17		2.003,61	
24.5.1		Caixa Geral de Aposentações		1.710,59		1.835,14	
24.5.1.1		CGA - Descontos do pessoal		1.710,59		1.835,14	
24.5.3		Inst. Gestão Finan. da Segurança Social		435,58		168,47	
24.5.3.1		IGFSS - Descontos do pessoal		435,58		168,47	
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		8,38		8,38	
26.3		Sindicatos		8,38		8,38	
26.3.2		STFPN		8,38		8,38	
27		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		102.955,31		53.669,96	
27.3		Acréscimos de custo		47.717,47		41.962,28	
27.3.2		Renumerações a liquidar		47.717,47		41.962,28	
27.4		Proveitos diferidos		55.237,84		11.707,68	
27.4.5		Subsidios para investimentos		55.237,84		11.707,68	
27.4.7.1		ADIANTAMENTOS FUNDOS COMUNITÁRIOS		55.237,84		11.707,68	
TOTAL ...				108.842,86		60.091,95	

Comunidade intermunicipal do Cávado

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

**Contratação administrativa
Situação dos contratos**

Entidade (1)	Contrato	Pagamentos na gerência								Pagamentos acumulados	Observações	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (em IVA) (4)	Modalidades de adjudicação (5)	Data do primeiro pagamento (6)	Data do registo (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Total (11)	
SKILLMIND	Assistência técnica - CD	04-05-09	72.750,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		04-01-10	18.450,00			18.450,00	72.750,00	
Arsénio Reis	Peritagem do projecto - CD	20-04-09	7.200,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		24-11-11	3.000,00			3.000,00	6.000,00	
Eng. Rosa Maria Vaz da Costa	Elaboração de Guia para a Reclassificação Rodoviária	15-03-12	12.607,50	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		30-09-13	11.189,16			11.189,16	14.189,16	
Alberto Teixeira e Associados, Lda	Apóio Jurídico	10-02-12	15.202,80	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		24-04-13	2.533,80			2.533,80	15.202,80	
XZConsultores	Certificação	24-02-11	13.776,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		24-02-11	2.755,20			2.755,20	13.776,00	
Epur Assessorias de Urbanismo	Projeto de execução da praia do Alqueirão	15-06-11	30.135,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		24-11-11	10.547,25			10.547,25	30.135,00	
ENML	Elaboração do projeto de sinalização turística	25-01-12	11.685,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		21-05-12	9.348,00			9.348,00	11.685,00	
Forminhas	5º AD Plano de formação.	25-10-12	12.423,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		20-05-13	8.911,77			8.911,77	8.911,77	
Escola de Condução Bom Jesus	6º AD Plano de formação	19-12-12	3.175,86	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-07-13	2.582,00			2.582,00	2.582,00	
FIDELIDADE - MUNDIAL SA	Seguros – Acidentes de Trabalho	27-06-11	5.377,32	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		23-09-11	502,51			502,51	3.935,47	
LeasePlan	Serviço de renting para uma viatura	12-10-11	36.934,24	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		29-12-11	9.062,04			9.062,04	19.030,31	
TECMINHO	1º AD Plano de formação	07-02-13	25.399,50	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-07-13	25.227,30			25.227,30	25.227,30	
Solarqui – Projectos de Arquitectura e Planeamento	Análise e Reabilitação Térmica Passiva de Escola	07-01-13	6.137,70	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-02-13	6.137,70			6.137,70	6.137,70	
Gng.apb	Estudo Preliminar da Ecovia	07-01-13	11.070,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		10-05-13	5.535,00			5.535,00	5.535,00	
TRENNO Engenharia, SA,	Reestruturação de rede de transporte público rodoviário	07-01-13	27.121,50	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		20-03-13	27.121,50			27.121,50	27.121,50	
Agência de Energia do Cávado	organização de workshop "biomassa"	12-02-13	5.166,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-04-13	5.166,00			5.166,00	5.166,00	
IGAP	2º AD Plano de formação - área da Jurídica	11-03-13	9.240,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		20-05-13	9.240,00			9.240,00	9.240,00	
Alberto Teixeira e Associados, Lda	Apóio Jurídico	12-02-13	13.682,52	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		30-04-13	11.528,79			11.528,79	11.528,79	
Quaternaire	Seguros – Acidentes de Trabalho	21-06-13	4.740,27	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-07-13	824,05			824,05	824,05	
EPATV	Programa de rede de ciclovias intrarurbanas	21-06-13	91.881,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		18-09-13	55.128,60			55.128,60	55.128,60	
José Napoléao, Filhos Cº Lda.	Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020	26-09-13	80.565,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		31-12-13	30.211,88			30.211,88	30.211,88	
XZConsultores	Assessoria SJADAP	05-08-13	2.767,50	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		09-12-13	11.328,36			11.328,36	11.328,36	
IGAP	5º AD Plano de formação	05-11-13	2.486,00	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		31-12-13	2.486,00			2.486,00	2.486,00	
JQ Consultores	Organização de 4 workshops e 1 seminário	26-11-13	9.261,90	91 - (nº 1 artº 20º do CCP DL)		09-12-13	6.946,42			6.946,42	Relatório das 46 Gestões do Exercício de 2013/2014 de 90	
	Total		563.249,12				300.797,08	0,00		300.797,08	420.112,86	0,00

Unidades: euros

12/11/14/15

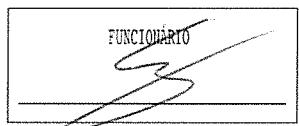
(17)

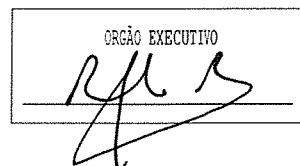
BB
CR
eP
QH
JH
MM

OUTROS DOCUMENTOS (RESOLUÇÃO TC N.º 4/2001 – 2ª SECÇÃO)

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 261 Data : 2013/12/31							DATA	ANO	PÁGINA
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR	
11		CAIXA	100.356,35	99.956,35			400,00	100.356,35	100.356,35		
11.1		Caixa	98.419,90	98.419,90				98.419,90	98.419,90		
	CXT	CAIXA\COFRE	98.419,90	98.419,90				98.419,90	98.419,90		
11.8		Fundo de maneio	1.936,45	1.536,45			400,00	1.936,45	1.936,45		
11.8.1	FM1	020104 - Limpeza e higiene	298,49	198,49			100,00	298,49	298,49		
11.8.2	FM2	020108 - Material de escritório	137,40	87,40			50,00	137,40	137,40		
11.8.3	FM3	020209 - Comunicações	253,07	203,07			50,00	253,07	253,07		
11.8.4	FM4	020209 - Comunicações	253,07	203,07			50,00	253,07	253,07		
	FM5	020211 - Representação dos serviços	1.061,55	911,55			150,00	1.061,55	1.061,55		
11.8.5		020211 - Representação dos ser	1.061,55	911,55			150,00	1.061,55	1.061,55		
		020225 - Aquisição de serviços/Outros	185,94	135,94			50,00	185,94	185,94		
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.259.622,91	836.639,27	55.065,31	37.524,30	1.314.688,22	874.163,57	440.524,65		
12.2		BANCO POPULAR	1.259.622,91	836.639,27	55.065,31	37.524,30	1.314.688,22	874.163,57	440.524,65		
12.2.1		Depósitos à ordem	909.622,91	836.639,27	55.065,31	37.524,30	964.688,22	874.163,57	90.524,65		
	0045/40243213879	CCA	11.581,14	10.133,88				11.581,14	10.133,88	1.447,26	
	0045/40249784105	CCA	102.229,27	63.461,07	8,81			102.238,08	63.461,07	38.777,01	
	0046/00600177542	E. POPULAR	472.308,65	443.070,75	9.034,16	1.353,21	481.342,81	444.423,96	36.918,85		
	0046/00600180690	E. POPULAR	323.503,85	319.973,57	46.022,34	36.171,09	369.526,19	356.144,66	13.381,53		
	0046/00600194924	E. POPULAR									
12.2.2		Depósitos a prazo	350.000,00					350.000,00		350.000,00	
	0045/44275303827	CCA	100.000,00					100.000,00		100.000,00	
	0046/00250000593	E. POPULAR									
	0046/00250000691	E. POPULAR									
	0046/00250000789	E. POPULAR	250.000,00					250.000,00		250.000,00	
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			1.359.979,26	936.595,62	55.065,31	37.924,30	1.415.044,57	974.519,92	440.524,65		
DOCUMENTOS											
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			1.133.735,36	716.773,71	54.870,64	37.729,63	1.188.606,00	754.503,34	434.102,66		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			104.307,45	97.885,46			104.307,45	97.885,46	6.421,99		

TESOUROREIRO


FUNCIONÁRIO


ORGÃO EXECUTIVO


Síntese das Reconciliações Bancárias

Gerência	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
-----------------	---------------------------------------

Instituição bancária		Saldo em 31/12/12	Saldo contabilístico	(Unidade: euros)
Banco	N.º de conta			Observações
Banco Popular Portugal	0046 0121 00600177542 25	€ 36.699,21	€ 36.918,85	Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
Banco Popular Portugal	0046 0121 00600180690 87	€ 13.276,22	€ 13.381,53	Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
Banco Popular Portugal	0046 0121 00250000789 11	€ 250.000,00	€ 250.000,00	
Caixa de Crédito Agrícola	0045 1450 40249784105 48	€ 38.777,01	€ 38.777,01	
Caixa de Crédito Agrícola	0045 1450 40243213879 35	€ 1.447,26	€ 1.447,26	
Caixa de Crédito Agrícola	0045 1450 44275303827	€ 100.000,00	€ 100.000,00	
TOTAL		440.524,65		

O Responsável pelos Serviços

Selo Branco

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

Titular do Fundo de Maneio	Luis Machado Macedo
Dotação orçamental	02.01.04; 02.02.08; 02.02.09; 02.02.11; 02.02.25
Valor do Fundo	400 euros
Data da Constituição	7 de janeiro de 2013

Ordem de pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor
				transporte	751,98		transporte	1662,91
17	18-01-2013	34,82	209	18-07-2013	40,36	385	31-12-2013	36,57
18	18-01-2013	30,4	210	18-07-2013	44	386	31-12-2013	42,3
38	18-02-2013	38,56	211	18-07-2013	111,88			
39	18-02-2013	5	212	18-07-2013	28,18			
40	18-02-2013	48,71	254	18-09-2013	37			
41	18-02-2013	28,66	255	18-09-2013	147,2			
69	20-03-2013	2,39	256	18-09-2013	37,4			
70	20-03-2013	142,43	325	18-10-2013	44,82			
94	19-04-2013	37,15	326	18-10-2013	36,9			
95	19-04-2013	13	327	18-10-2013	1,9			
96	19-04-2013	47,45	328	18-10-2013	149,52			
97	19-04-2013	52,63	352	19-11-2012	35,21			
135	20-05-2013	136,18	353	19-11-2012	36			
165	19-06-2013	32,5	354	19-11-2012	34,1			
166	19-06-2013	1,9	382	31-12-2013	44,13			
167	19-06-2013	58,5	383	31-12-2013	32,6			
168	19-06-2013	41,7	384	31-12-2013	49,73			
	a transportar	751,98		a transportar	1662,91		Total	1741,78

PF
PF
JR

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Ano 2013

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e / ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
NEGATIVO						

B.P.
dr. Júnior
dr. Júnior

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO

Ano 2013

**RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE NA GERÊNCIA RECEBERAM PARTICIPAÇÃO
EMOLUMENTAR E/OU CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS**

Nome	Categoria	Diuturnidades na categoria	Remuneração Base Auferida	Emolumentos	Custas de execuções fiscais	Sub-total	Total
		(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(1)+(4)	

NEGATIVO

BPF

2/

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS					MOD. 21/TC
a) COMUNIDADE INTERMUNICIPAL CÁVADO					
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013					
NOME	Situação no organismo ou serviço	Período de responsabilidade	Período de remuneração	Remuneração	Morada
José Lopes Gonçalves Barbosa	Vice-Presidente do CE	01 Jan-27 Out 28 Out-31 Dez	0,00	Praça do Município	4720-012 AMARES
Manuel da Rocha Moreira	Membro do CE	01 Jan-27 Out	0,00	Praça do Município	4720-012 AMARES
Miguel Jorge Costa Gomes	Membro do CE			Largo do Município	4750-257 BARCELLOS
Miguel Jorge Costa Gomes	Vice-Presidente do CI	28 Out-31 Dez	0,00	Largo do Município	4750-257 BARCELLOS
Francisco Mesquita Machado	Presidente do CE	01 Jan-27 Out	0,00	Praça do Município	4704-514 BRAGA
Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do CI	28 Out-31 Dez	0,00	Praça do Município	4704-514 BRAGA
Fernando João Couto e Cepa	Vice-Presidente do CE	01 Jan-27 Out	0,00	Praça do Município	4740-223 ESPOSENDE
António Benjamim da Costa Pereira	Membro do CI	28 Out-31 Dez	0,00	Praça do Município	4740-223 ESPOSENDE
Joaquim José Cracel Viana	Membro do CE	01 Jan-27 Out	0,00	Av. Dr. Paulo Marcellino	4840-100 TERRAS DE BOURO
Joaquim José Cracel Viana	Membro do CI	28 Out-31 Dez	0,00	Av. Dr. Paulo Marcellino	4840-100 TERRAS DE BOURO
António Nogueira Cerqueira Vieira	Membro do CE	01 Jan-27 Out	0,00	Praça do Município	4730-733 VILA VERDE
António Nogueira Cerqueira Vieira	Vice-Presidente do CI	28 Out-31 Dez	0,00	Praça do Município	4730-733 VILA VERDE

- a) Designação do organismo ou serviço
 b) Dirigente,dependente do órgão executivo
 responsável pela área administrativa e/ou financeira

Em 10 de Maio de 20 14

O Responsável pelos Serviços (b)

união
Selo Branco

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2013

ENCERRAMENTO

O Relatório de Gestão e Contas de 2013, bem como os restantes documentos anexos, que antecedem, devidamente numerados e rubricados num total de 90 páginas, foram aprovados na reunião do Conselho Intermunicipal, que se realizou a 10 de Maio de 2014.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

Ricardo Antunes Machado Rio
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA

O Relatório de Gestão e Contas, bem como restantes documentos anexos, que antecedem, devidamente numerados e rubricados num total de 90 páginas, foram aprovados na reunião da Assembleia Intermunicipal, que se realizou a 30 de Maio de 2014, tendo as suas folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente

Joaquim - M. Barbosa
(Dr. Joaquim Manuel Araújo Barbosa)